

**CONTROLE E INTERDIÇÃO NO ACESSO À TERRA E AO TERRITÓRIO: CAMPO JURÍDICO,
CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E INTERESSES DE CLASSE**

Natasha Kuchar Fernandez (CNPq)¹
Unespar/Campus União da Vitória, natasha.fernandez.793@unespar.edu.br

Diane Daniela Gemelli (Orientadora/a)
Unespar/Campus União da Vitória, daiagemelli@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional: PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO: A pesquisa parte da complexa formação territorial brasileira buscando compreender o processo histórico-jurídico da apropriação privada capitalista da terra no Brasil e no Contestado, buscando entender como se deu a manifestação dos interesses políticos e econômicos na formulação das leis que regulamentam juridicamente a terra e o território, que conseqüentemente provocou a negação do direito de acesso à terra a uma série de sujeitos sociais. Identificamos, à luz dos diferentes contextos sociopolíticos, a correspondência do monopólio fundiário enquanto um privilégio de classe, fundamentado a partir da concentração de terras, renda e riqueza garantidos pelo processo predatório característico da escravização, da monocultura, da violência e opressão estatal. Adiante, a partir da perspectiva da terra como mercadoria, analisamos o desenvolvimento da regulação jurídica latifundiária da terra-território no Contestado, apresentando essencialmente o dinamismo da degradação da natureza e do trabalho em virtude da classe dominante, em detrimento da dignidade e existência da coletividade. Metodologicamente utilizamos o materialismo histórico-dialético, definindo-se por levantamentos bibliográficos jurídicos e teóricos, análise e sistematização do estudo para elaboração de materiais escritos. Ao analisarmos, constatamos a inobservância estatal e transgressão de normas da classe dominante por meio das relações de poder coloniais e republicanas de chefes políticos, coronéis, grandes proprietários e fazendeiros em prol do capital e de maiores aquisições, ao passo que a população é interdita do acesso à terra por questões econômicas e burocráticas advindas de um Estado que instrumentaliza o Direito pela política, legitimando os interesses elitistas que influenciam a jurisdição, constituindo um ciclo vicioso. Isto posto, notamos que a lógica da dominação fundiária se estende ao Contestado através do mandonismo e intervencionismo estadunidense, dos quais operaram contra a população cabocla, expulsando, desapropriando e exterminando as vítimas da imposição do modo de produção capitalista em descompasso ao mundo místico e religioso sertanejo. Assim, compreendemos que a marginalização das massas e o descaso estatal, em contrapartida à sua função garantidora de direitos fundamentais e de mediadora de conflitos, assegurou a pobreza vivida atualmente na região contestada, apegada à religiosidade em resposta ao descontentamento com a ordem fundiária.

Palavras-chave: Latifúndio. Contestado. Interdição.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da CNPq, por meio de bolsa concedida ao(a) estudante Natasha Kuchar Fernandez .